



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Aracaju – SE, Ano 33, Edição 1726
9 a 15 de maio de 2016

ANJ

www.cinform.com.br

CINFORM



WhatsApp: (79) 9647-3370
E-mail: ouvidoria@cinform.com.br

CIDADE

NA BERLINDA

MPE dá prazo de 30 dias para a SMTT justificar obras do BRT. Além disso, órgão estadual afirma que ainda vai estudar e colher provas para, assim, poder emitir uma opinião à sociedade aracajuana a respeito do meio de transporte

■ O Bus Rapid Transport - BRT - continua sendo tema de muita polêmica na Cidade e no Ministério Público do Estado de Sergipe - MPE/SE. O sistema de transporte foi tema de uma audiência pública na última quarta-feira, 4.

Presidida pelos promotores Mônica Hardman, da parte de Relevância Pública, e Henrique Cardoso, também coordenador do Grupo de Combate à Improbidade Administrativa, ambos questionaram a Superintendência Municipal de Trânsito e Transportes - SMTT - sobre alguns problemas ocasionados pelas obras nas principais vias aracajuanas.

Iluminação, sinalização e transtornos ocasionados pelas ações realizadas na Avenida Beira-Mar foram alvos de questionamentos e análises por parte das promotorias. A ideia é entender se as modificações obedecem aos critérios básicos de mobilidade urbana. A SMTT tem até 30 dias úteis para dar uma resposta ao MPE.

INFORMAÇÕES

Outro ponto alvo do MPE foram as faixas exclusivas, aquelas pintadas de azul e que ficam do lado direito da pista. De acordo com o promotor Henrique Cardoso, não é justo a população deixar de andar nelas, já que o órgão fiscalizador suspendeu as multas.

Mônica Hardman frisou que não há decisões finais sobre o BRT, mas que o inquérito está instaurado e sendo construído de acordo com as informações que são fornecidas pelos órgãos municipais.

“Estamos colhendo provas e depoimentos, ouvindo os técnicos, tanto da Emurb, quanto da SMTT, para assim emitirmos um pronunciamento decisivo do sistema. Ele foi baseado em estudos técnicos e em nada nos opomos na escolha do transporte para Aracaju”, explica.



Promotores questionaram obras do BRT

COLHEITA DE PROVAS

A promotora de Relevância Pública, Mônica Hardman, frisa que as dúvidas do órgão se baseiam à fase transitória das faixas exclusivas e também à iluminação da rotatória do Caju, que se localiza na cabeceira da ponte que liga os Bairros 13 de Julho e Coroa do Meio. O órgão também pretende acompanhar em qual fase estão às licitações que viabilizarão o sistema BRT na Capital.

“Por enquanto, não podemos emitir um posicionamento. Seria imaturo, pois o momento é de colheita de provas. A documentação solicitada foi toda apresentada, tínhamos feito uma proposta de suspender as multas até que observemos a implementação do BRT”, enfatiza.

Mônica Hardman afirma que no entendimento do órgão é razoável a suspensão das faixas exclusivas até que o novo sistema de transporte esteja funcionando na totalidade, com estações e terminais novos.

SMTT

“Nesse primeiro momento estão havendo muitos transtornos aos pedestres, usuários do transporte

coletivo e também para os motoristas de veículos individuais. Nós estamos olhando o ponto de vista de todos os segmentos que utilizam o trânsito. Não está satisfatório para a população ter as faixas sem a rede hierarquizada. Nós propomos a retirada e que a SMTT aguardasse o momento mais oportuno para a implantação”, salienta Mônica.

Presente na audiência, a SMTT trouxe a documentação e apresentou argumentos para tirar as dúvidas do MPE. De acordo com Nelson Felipe, superintendente do órgão de trânsito, nada está definido e a conversa foi apenas iniciada, no que diz respeito às faixas exclusivas.

“Vamos avaliar e ver o que é possível fazer. A gente tem que tomar providências para fazer trânsito e transportes melhores. Tudo isso está aberto ainda, não tem nada definido. É um projeto longo, uma política de Estado e não uma política de Governo. Suspendemos a atuação por conta de obras no local. Vamos avaliar e traremos uma posição na próxima audiência”, frisa.